

PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA
PROCESSO nº 01326/2019

AVISO

Encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço, com a finalidade de selecionar propostas **para Prestação de serviços de linhas telefônicas, incluindo a locação de aparelhos telefônicos fixos de acordo com as normas e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL de serviço de telefonia fixo e móvel**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação a Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.596/02, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 03 (três) de setembro de 2019, às 15h (quinze) horas**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Propostas de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um CD/DVD ou pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico <http://www.pjf.mg.gov.br/>. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via e-mail – pregaopresencial@pjf.mg.gov.br - ou via fax – (32)3690-8184, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. **Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (32) 3690-8190 ou (32) 3690-8494.**

Juiz de Fora, 20 de agosto de 2019.

Comissão Permanente de Licitação



PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA
PROCESSO nº 01326/2019

A **Comissão Permanente de Licitação**, com sede na Avenida Brasil, 2001, 6º andar, Juiz de Fora/MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, do **tipo menor preço**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.596/02, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis. Os envelopes, contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra - citado, no dia e hora marcados, quando será realizada a sessão pública de abertura.

1 - REFERÊNCIA

1.1 - PROCESSO nº 01326/2019

1.2 - Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº 04.122.0007.2004/13.392.0006.2025/2014/2228/2050/2041/13.122.0006.2026/14.244.00032 - 339039

2 - DO OBJETO

2.1- É objeto desta licitação a seleção de sociedade empresária especializada para a **Prestação de serviços de linhas telefônicas, incluindo a locação de aparelhos telefônicos fixos de acordo com as normas e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL de serviço de telefonia fixo e móvel**, conforme especificações constantes do Anexo deste edital.

2.2. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.2.1. TELEFONIA FIXA E MÓVEL

2.2.1.1 - As presentes especificações visam a contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de:

I – TELEFONIA FIXA E MÓVEL

2.2.1.1.1 Serviços de linhas telefônicas, incluindo a locação de aparelhos telefônicos fixos de acordo com as normas e regulamentos expedidos pela agência nacional de telecomunicações – ANATEL de serviço de telefonia fixo) e serviço móvel pessoal (SMP).

2.2.1.2 OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS a saber:

2.2.1.2.1. Telefonia Fixa local na modalidade Linhas Telefônicas;

Parágrafo único. A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) à FUNALFA, objeto deste Edital, obedecerá integralmente às disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, e demais dispositivos, condições e exigências estabelecidas no Edital.

2.2.1.3. LINHAS TELEFÔNICAS conforme quantidades e características apresentadas neste Edital.

2.2.1.3.1 O serviço de **LINHAS TELEFÔNICAS** é o serviço de comunicação de voz, individual, que realiza a ligação de um aparelho telefônico com a central de comutação pública, possibilitando a comunicação entre usuários da Rede Pública Comutada. As **LINHAS TELEFÔNICAS** que serão contratadas pela **FUNALFA**, deverão, obrigatoriamente, formar um grupo corporativo com discagem a quatro dígitos e sem custo adicional para a **FUNALFA**, incluindo a locação dos aparelhos telefônicos.

2.2.1.3.2 Não optando a **CONTRATANTE** pela portabilidade numérica o plano de numeração a ser adotado será fornecido pela concessionária prestadora do serviço e não poderá existir MCDU (milhar, centena, dezena e unidade) coincidentes, não podendo ser iniciado com o algarismo “0” (zero).

2.2.1.3.3 O serviço deverá incluir, obrigatoriamente, o recurso DDR (discagem direta a ramal) para as **LINHAS TELEFÔNICAS**, de modo a possibilitar a obtenção de uma conexão direta naquele endereço.

2.2.2 A Contratada deverá fornecer, em forma de locação, aparelhos novos para todas as linhas telefônicas fixas e se responsabilizará pela sua manutenção e reparo.

2.2.3 A contratada deverá realizar, sempre que solicitado:

2.2.3.1 Serviços de restrição e bloqueios de chamadas para as linhas telefônicas, a saber:

- bloquear acesso a chamada local;
- bloquear acesso ao tráfego DDD;
- bloquear acesso ao tráfego DDI;
- bloquear acesso ao tráfego de celular;
- bloquear acesso ao tráfego de chamadas a cobrar;
- bloquear acesso aos serviços de telegrama fonado;
- bloquear acesso ao tráfego de auxílio a lista, 0300, 0900.

2.2.3.2. Serviços de utilização de senha pessoal para usuários das linhas telefônicas.

2.2.3.3 Serviços de conferência, busca e captura de chamadas, consultas, transferências, chamada em espera, identificação de número chamado, redirecionamento automático de chamadas, redirecionamento automático de chamadas em terminal ocupado, redirecionamento automático de chamadas em terminal livre, grupos de busca.

2.2.3.4 A matriz de tráfego para as ligações locais originadas das linhas telefônicas está identificado a seguir:

- LINHAS TELEFÔNICAS - TRÁFEGO MENSAL	
TIPO DO SERVIÇO	MINUTOS, TARIFAS E PREÇOS ESTIMADOS/Mês
	QTDE.
LOCAL FIXO-FIXO	7.000 min
FIXO-MÓVEL (VC1)	1.500 min
TELEFONIA MÓVEL	224 MIN
ALUGUEL APARELHO	50 un
ASSINATURA DE TERMINAL	50 un
INSTALAÇÃO RAMAL	8 un
MUDANÇA DE RAMAL	4 un
TOTAL	



2.3 – CONHECIMENTO DO LOCAL

2.3.1 - Declaração de Conhecimento do Local onde serão executados os serviços previstos neste Edital, informando a respeito de conhecimento das condições do local por meio de **visitas técnicas que deverão ser previamente agendadas com o responsável do local, no Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALA, através do telefone 3690-7038**

3 - LOCAL, DATA, E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. A abertura desta licitação ocorrerá no dia e hora marcados, indicados no Aviso do Edital, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Propostas de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

3.2. Serão aceitos os envelopes contendo as propostas comerciais e documentação de habilitação enviados através dos correios para o endereço da Avenida Brasil, 2001/6º andar, Centro, Juiz de Fora/MG, CEP 36060-010 - Comissão Permanente de Licitação - CPL. No entanto, a CPL não se responsabiliza por eventuais atrasos na entrega dos envelopes por parte dos correios e nem diante de seu extravio, devendo os mesmos serem recebidos na CPL até a data e horário definidos neste edital para abertura e sessão pública destinada aos recebimentos dos mencionados envelopes.

4 – DO CREDENCIAMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1 - O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio (dirigente/proprietário) ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, em ambos casos **se exigirá apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social.**

4.1.1. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta, também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

4.1.1.1. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a Comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, ofertar lances, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

4.2 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementara nº 123/06, conforme Anexo IV.

4.3 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo IV.

4.4. É vedada a participação:

a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução; liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial;



b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

4.5. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.5.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, devendo ser apresentada a comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, atendidas as condições previstas no Art. 33 da lei 8.666/93 e aquelas estabelecidas neste Edital.

4.5.2. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio.

4.5.3. As declarações constantes do item anterior prestadas pela empresa líder do consórcio presumem-se relativas a todas as participantes do consórcio.

4.5.4. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

4.5.5. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo quando expressamente autorizado pelo contratante.

4.5.6. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

4.5.7. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

4.5.8. Ao consórcio liderado por uma microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), porém formado por outras empresas não qualificadas como tal, não se aplicam os benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da LC nº 123/2006.

4.5.9. A responsabilidade dos integrantes do consórcio será solidária, tanto na fase de licitação como durante a execução contratual.

4.5.10. Todos os integrantes do consórcio deverão apresentar a documentação de habilitação, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

5 – DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser digitalizada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da sociedade (s) empresária (s), em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, as indicações:



**CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA
ENVELOPE “01” – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

5.2 - Na Proposta de Preços deverá constar:

5.2.1 – Declaração expressa de prazo de validade, não inferior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data da abertura do envelope “01”;

5.2.2 - Preço unitário e global, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, sendo os valores relativos a cada item (unitário e global) em algarismo e o valor global da proposta em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo duas casas decimais, considerando as condições deste Edital;

5.3- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que ofertarem alternativas.

5.4- A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.5 - Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

5.6 - Todos os insumos que compõem o preço, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação, correrão por conta do proponente.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Para habilitação, deverá a sociedade (s) empresária (s) **vencedora** apresentar, no envelope nº 02 – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via e em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

6.1.1 – Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação, **preferencialmente**, com no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

6.1.2 - Não serão aceitos protocolos nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.3 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

6.1.4 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será **de 60 (sessenta) dias** corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado de Capacidade Técnica.

6.1.5 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:



**CPL- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA
ENVELOPE “02” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

6.2 – Documentos relativos à habilitação jurídica:

6.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.2 - Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

6.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade (s) empresária (s) ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2.4 - Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme Anexo VII:

6.2.4.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

6.2.4.2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

6.2.4.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

6.2.4.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

6.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

6.2.5 - Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Anexo VI.

6.2.6 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme Anexo V.

6.3 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:

6.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela



Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

6.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

6.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

6.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

6.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.3.7 – Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.3.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.3.7.2 – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

6.4 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

6.4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As sociedades empresariais com menos de um exercício financeiro, devem cumprir esta exigência mediante a apresentação do Balanço de abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

6.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

6.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

6.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou



- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

6.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 6.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

6.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

$$LC \dots\dots\dots \text{maior ou igual a } 1(\text{um})$$

6.4.2.1. O item 6.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

6.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

6.4.3.1. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

6.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

6.5 – Documentos relativos à qualificação técnica:

6.5.1 – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por



pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

6.5.2 - Declaração de Conhecimento do Local onde serão executados os serviços, conforme Anexo IX.

6.6 - Não tendo a sociedade (s) empresária (s) classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade (s) empresária (s) seguinte na ordem de classificação.

6.7 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

6.8 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3, 6.3 e 6.4.3, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

6.9 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

6.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

6.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

6.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

6.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

7– DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

7.1 - Aberta a Sessão, os interessados, ou seus representantes legais, entregarão ao Pregoeiro, devidamente lacrados, os envelopes nº 01 e nº 02.

7.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.3 - Serão abertos, pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.3.1 – Havendo diferença entre o preço unitário e o seu correspondente preço global, prevalecerá o cotado em preço unitário cabendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

7.3.2 - Os erros aritméticos serão corrigidos da seguinte forma:



a) Em caso de discrepância entre o preço global e o preço unitário pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, prevalecerá o preço unitário, sendo corrigido o preço total;

b) Em caso de discrepância entre o valor por extenso e as respectivas cifras, prevalecerá o valor por extenso. Caso o proponente não aceite a correção dos erros a sua proposta será desclassificada.

7.4 - No curso da Sessão, o Pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e, subsequentemente, as que contenham valores não superiores a 10% (dez por cento) da de menor preço.

7.5 - Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, o Pregoeiro classificará, dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subsequentes, para que seus autores participem de lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.6 - Para oferta de lances, o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de maior preço, e as demais, em ordem decrescente de valor.

7.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.

7.8 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.9 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10 – Ao final dos lances, caso haja redução de preço, o percentual apurado entre o valor final e o valor inicial, será igualmente deduzido dos valores unitários, ou seja, de cada item.

7.10.1 - Após aplicação do percentual de desconto, conforme item anterior, o valor total apurado poderá sofrer arredondamento, que será sempre realizado para o valor menor imediato.

7.10.2. Quando solicitado pelo Pregoeiro, a proponente que ofertou o melhor lance e que atenda às condições de habilitação deverá apresentar a planilha de preço adequada no prazo de até 02 (dois) dias úteis cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, na qual o valor deverá ser igual ou menor (se for necessário arredondamento de valores) ao lance vencedor.

7.11 - Caso não se realizem lances verbais, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar, QUANTO AO OBJETO E VALOR, e uma vez aceita a proposta dará sequência ao procedimento para análise do atendimento às condições de habilitação.

7.12 - Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "6" deste Edital.

7.13 - Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

7.14 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.



7.15 - Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.16 - Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos proponentes, na forma do art. 48, § 3º da Lei n.º 8.666/93, prazo para apresentação de nova proposta ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo Pregoeiro.

7.17 - Qualquer proponente, desde que presente ou devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido **prazo de 03 (três) dias** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

7.17.1. Os recursos deverão ser apresentados em documento original, assinados pelo representante legal da empresa ou procurador devidamente constituído e protocolados na Comissão Permanente de Licitação, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

7.17.2 - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por intermédio do pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

7.18- Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

7.19 - Nessa Sessão, o Pregoeiro dará continuidade ao certame, atendendo às regras e condições fixadas neste Edital.

7.20 - A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na Sessão, importará na DECADÊNCIA do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo às regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

7.21 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os proponentes presentes.

7.22 – É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

7.23 – Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

7.23.1 – Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

7.23.2 –A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

7.23.3 – O novo lance que porventura for manifestado respeitando o item anterior deverá ser inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que o objeto será adjudicado em favor da detentora deste novo lance, ou seja, a microempresa ou empresa de pequeno porte que tiver exercido seu direito nos termos do inciso I do artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06;



7.23.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.23.5 – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 7.23.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

7.23.6 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 7.23.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.23.7 – O procedimento previsto no item 7.23 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio.

7.24. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo após esse prazo expurgados.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.1 - Será considerada vencedora a proposta de **MENOR PREÇO UNITÁRIO MENSAL, de acordo com especificado no Anexo I** deste Edital.

8.2 - O objeto deste PREGÃO será adjudicado ao proponente cuja proposta seja considerada vencedora e que atenda as condições de habilitação.

8.3 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se-á, **OBRIGATORIAMENTE**, por **SORTEIO**, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93, ressalvada a observância da Lei Complementar nº 123/06, quando for o caso.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2º (segundo)** dia útil que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois da abertura dos envelopes de proposta ou habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

9.3 - A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

9.4. Serão permitidos o envio de impugnação, bem como remessa de desistência de recurso por e-mail ou pela via postal, sendo que neste caso, deverão ser obedecidas as disposições contidas no item 3.2.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA



10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

10.2- A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

10.3 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

10.4 - Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

10.4.1- Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

10.4.2 - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.4.3 - A multa de que trata o item 10.4.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11 – DO CONTRATO E DO PRAZO

11.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4.. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta continue se mostrando a mais vantajosa para a Administração, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

11.5. Do reajuste do contrato:

11.5.1 – O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

11.5.2 – Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.



11.5.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

11.5.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

12 – DAS PENALIDADES

12.1- Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

12.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

12.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

12.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

12.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 12.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

12.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 12.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

12.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

12.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;



- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudiciais da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

12.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

12.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

12.10. Será aplicada multa de 5% (cinco por cento) do valor total da proposta aos licitantes que derem causa a tumulto durante a sessão pública de licitação ou ao retardamento dos trabalhos em razão de comportamento inadequado e atitudes injustificadas e infundadas de seus representantes.

13 - DAS OBRIGAÇÕES

13.1 – Da Unidade Requisitante:

13.1.1 - Requisitar, por meio do Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA a, responsável pela fiscalização do presente Contrato, a prestação do serviço objeto deste Edital, conforme as necessidades da FUNALFA, de forma imediata, a partir da apresentação da respectiva requisição com autorização da Unidade Gestora, que atestará a prestação do serviço;

13.1.2 - Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na prestação do serviço e interromper imediatamente a prestação, se for o caso;

13.1.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela licitante vencedora;

13.1.4 - Impedir que terceiros forneçam o serviço objeto deste Contrato. Proporcionar todas as facilidades para que o licitante vencedor possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato a ser firmado entre as partes;

13.1.5 - Permitir o acesso dos empregados da empresa vencedora às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto deste Edital, quando necessário;

13.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor referentes ao objeto deste Edital;

13.1.7 - Controlar as ligações e as ocorrências havidas;

13.1.8 - Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, através da indicação de um servidor da FUNALFA, conforme art. 67 da Lei 8.666/93;

13.1.9 - São atribuições do Fiscal do Contrato, nomeado pela FUNALFA:

- a) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços;



- b) manter contato com o preposto da empresa contratada, visando assegurar a prestação eficiente dos serviços contratados;
- c) assegurar-se de que os preços contratados estão de acordo com os praticados no mercado pela empresa contratada, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para a Administração;
- d) solicitar à empresa contratada, sempre que necessário, a comprovação do valor dos preços praticados na data da emissão das faturas;
- e) emitir atos opinativos sobre os atos relativos à execução do contrato, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, às exigências das condições estabelecidas no Edital convocatório, no contrato e na sua proposta de preços; quanto à aplicação de sanções e demais atos necessários.

13.1.10 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho destes;

13.1.11 - Comunicar ao licitante vencedor todas e quaisquer irregularidades constatadas quando da prestação dos serviços e durante o prazo de vigência do contrato;

13.1.12 - Efetuar o pagamento das faturas devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, nas condições e preços pactuados;

13.1.13 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo licitante vencedor;

13.1.14 - Solicitar através de preposto, o fornecimento de novas linhas, transferência, desligamento, bloqueio e troca de numeração sempre que for necessário e da conveniência do CONTRATANTE.

13.1.15 - Atestar nas notas fiscais / faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

13.1.16 - Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso.

13.1.17 - Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

13.1.18 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da fatura no setor competente;

13.1.19 – Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

13.1.20 - Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória;

13.1.21 - A autoridade gestora da despesa credenciará junto à CONTRATADA os servidores autorizados a emitir requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela CONTRATANTE.

13.1.22 - Será de responsabilidade da FUNALFA executar a construção ou adequação da rede interna, dutos, tubulações, caixas internas, tomadas, cabos e fios, fornecimento de áreas e preparação das mesmas, para a instalação dos equipamentos constantes da solução de telecomunicações ora licitada, caso seja necessário.

13.1.23 - A contratante poderá ceder os serviços discriminados neste edital para entidades públicas através de convênios específicos.



13.2 - Da Sociedade Empresária Vencedora:

13.2.1 - Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações;

13.2.2 - Realizar o objeto desta licitação de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando ao seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, observando sempre os critérios a serem prestados;

13.2.3 - Dar acesso, ao preposto pelo Órgão contratante, à página eletrônica do licitante vencedor para fins de verificação de preços de mercado, consulta de faturas e demais facilidades que lhes forem solicitadas;

13.2.3 - Atender de imediato as solicitações, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo providenciar a boa regularização no prazo máximo de 6 (seis) horas da solicitação e, disponibilizar meio virtual (*web*) para toda e qualquer solicitação de reparo (nos terminais/linhas), com abertura de protocolo, e dar ciência imediata e POR ESCRITO (via *web*) ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço requisitado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

13.2.4 - As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados, sem ruídos ou interferências e com baixa incidência de queda das ligações;

13.2.3 - A operadora deverá enviar mensalmente relatório de interrupções no sistema telefônico;

13.2.4 - Prestar o serviço ininterruptamente, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardado os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Prefeitura;

13.2.5 - Nos casos previsíveis, a interrupção deve ser comunicada aos assinantes afetados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a manutenção deverá ocorrer fora do horário normal do expediente;

13.2.5 - Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou mensagens de fax, realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitadas as hipóteses e constitucionais de quebra e sigilo de telecomunicações;

13.2.6 - Disponibilizar à FUNALFA um atendimento diferenciado através de consultoria especializada e/ou Central de Atendimento, 07 (sete) dias por semana, durante 24(vinte e quatro) horas por dia;

13.2.7 - Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento, conforme previsto no Instrumento Contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a FUNALFA, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

13.2.7 - Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, prestando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem a execução dos mesmos;

13.2.8 – Ter, OBRIGATORIAMENTE, um ponto de presença em Juiz de Fora – MG, para que os contatos técnicos e comerciais sejam feitos nesta cidade e manter, para abertura de chamados, um ou mais telefones com acesso gratuito;



13.2.9 - Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pela Administração do CONTRATANTE;

13.2.10 - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja ela qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços ainda que no recinto do CONTRATANTE;

13.2.11 - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados;

13.2.12 - Assegurar à FUNALFA o repasse dos descontos porventura disponibilizados ao mercado para clientes de perfil e porte similares aos do CONTRATANTE, mediante solicitação expressa deste, sempre que estes forem mais vantajosos do que o plano de serviços apresentados;

13.2.13 - Zelar pela perfeita execução dos serviços, devendo as falhas porventura ocorridas serem sanadas nos prazos estabelecidos por regulamentação da ANATEL;

13.2.14 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

13.2.15 - Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz;

13.2.16 - Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo em funcionamento contínuo os acessos telefônicos contratados. O bloqueio dos serviços contratados somente poderá ser executado por solicitação da área técnica responsável, da FUNALFA, sem qualquer ônus extra para o CONTRATANTE;

13.2.17 - Fornecer, mensalmente, à FUNALFA, Nota Fiscal / Fatura contendo o valor total referente ao período de apuração, o detalhamento individual de cada linha, com todas as despesas para atesto do fiscal do CONTRATO, incluindo os descontos previstos no instrumento contratual de forma clara e entendível;

13.2.18 - Fornecer, quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha ou tronco telefônico, conforme determinado pela FUNALFA;

13.2.19 - Atender prontamente quaisquer exigências do representante da FUNALFA inerente ao objeto deste Edital;

13.2.20 - Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independente de solicitação;

13.2.21 - Manter, durante a execução do CONTRATO, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação assumidas neste Edital;

13.2.22 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto do Edital, sem prévia autorização da FUNALFA;

13.2.22 - Assumir as responsabilidades por clonagens, que porventura venham a ser identificadas nas linhas homologadas, sem nenhum prejuízo à FUNALFA;

13.2.23 - Não caucionar ou utilizar o CONTRATO para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual, sem a prévia e expressa anuência da FUNALFA;



13.2.24 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, o CONTRATO, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviço a que está obrigada, salvo nos casos previstos em Lei.

13.2.25 - Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Edital, tais como salários, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, benefícios, tributos e quaisquer outros que forem devidos, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

13.2.26- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da FUNALFA, ficando a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

13.2.27 - Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados com os serviços prestados, originariamente ou vinculado por prevenção, conexão ou contingência;

13.2.28- A inadimplência do licitante vencedor, com referência aos encargos estabelecidos nos itens anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à FUNALFA, nem poderá onerar o objeto do presente certame, razão pela qual o licitante vencedor renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE;

13.2.29 - Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;

13.2.30 - Providenciar a prestação dos serviços contratados nos prazos previstos no Edital, devendo o faturamento incidir a partir da data de ativação dos serviços;

13.2.31 - Manter, durante todo o período de vigência do CONTRATO a ser firmado, um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representação do licitante vencedor sempre que for necessário;

13.2.32 - Acatar as orientações da FUNALFA, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

13.2.33- É expressamente proibida a contratação de serviços pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a execução dos serviços;

13.2.34 - Garantir ao CONTRATANTE o direito de utilização da Portabilidade Numérica de Código de Acesso nas linhas atualmente contratadas pela Administração, nas condições e prazos estabelecidos no anexo à Resolução nº 460 da ANATEL, de 19 de março de 2007.

13.2.35 - Prestar os serviços objeto desta licitação nas especificações exigidas pela Unidade Requisitante, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

13.2.36 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

13.2.37 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

13.2.38 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

14 – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO/ ACOMPANHAMENTO



14.1 – DA EXECUÇÃO

14.1.1 A CONTRATANTE poderá optar pela facilidade denominada **PORTABILIDADE NUMÉRICA, ou seja**, a facilidade que possibilita ao cliente de serviços de telefonia fixa manter o número do telefone (código de acesso) a ele designado, independentemente da operadora do serviço a que esteja vinculado.

14.1.2 O prazo para a instalação de novas linhas telefônicas e o prazo de transferência de endereço deverá ser de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da solicitação. Caso não conclua o serviço no prazo previsto, a partir do 1º (primeiro) dia útil de sua não execução, após a instalação dos terminais, será efetuado desconto de assinatura proporcional aos dias de atraso.

14.1.3 - Será de responsabilidade da **FUNALFA** executar a construção ou adequação da rede interna, dutos, tubulações, caixas internas, tomadas, cabos e fios, fornecimento de áreas e preparação das mesmas, para a instalação dos equipamentos constantes da solução de telecomunicações ora licitada, caso seja necessário.

14.1.5 - A gestão do contrato será realizada pelo Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

14.1.6 - As solicitações de serviços enviadas à Contratada serão feitas, exclusivamente, pelo Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

14.1.7 - A Contratada **DEVERÁ** disponibilizar meio virtual (*web*) para toda e qualquer solicitação de reparo (nos terminais/linhas), com abertura de protocolo, e dar ciência imediata e **POR ESCRITO** (via *web*) ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço requisitado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

14.1.8 - A Contratada deverá fornecer à CONTRATANTE suporte técnico gratuito, em horário comercial, para viabilizar o recebimento, interpretação e tratamento dos dados da fatura em formato eletrônico.

14.1.9 - A Contratada deverá, através de relatório de perfil de tráfego, informar, mensalmente, de forma clara e detalhada, os serviços utilizados no período de 30 dias, discriminando-os em chamadas locais para terminais fixos e terminais móveis, chamadas de longa distância nacional e internacional, chamadas “a cobrar” e outros serviços, para terminais fixos e terminais móveis, por meio de fatura impressa e em formato eletrônico, utilizando padrões conhecidos e abertos de formatação e transmissão de dados ou estabelecendo-se em comum acordo os detalhes do conteúdo e da transmissão das faturas em formato eletrônico.

14.1.10 - A contratante poderá ceder os serviços discriminados neste edital para entidades públicas através de convênios específicos.

14.1.11 Os serviços de manutenção a serem prestados deverão abranger os seguintes sistemas:

14.1.11.1 Sistemas de comutação: manutenção integral;

14.1.11.2 Ramais DDR, Linhas Telefônicas e manutenção integral.

14.1.11.3 O prazo máximo para ativação do sistema deverá ser de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, caso ocorra algum impedimento por parte da CONTRATANTE, o prazo será prorrogado pelo mesmo período.



14.1.12 Deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de qualidade dos serviços:

14.1.12.1 O encaminhamento das chamadas deverá ser feito conforme as padronizações técnicas pertinentes, obedecendo à regulamentação para o setor de telecomunicações.

14.1.12.2 As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, nos termos da regulamentação para o setor de telecomunicações.

14.1.12.3 Atendimento a todos os endereços solicitados neste edital, correspondente, conforme especificado.

14.1.12.4 As solicitações de ampliação e de cancelamento solicitadas pela FUNALFA, deverão ser atendidas respeitando os limites conforme previsto na lei 8666/93.

14.1.12.5 Os prazos para atendimento as solicitações para manutenção e reparo dos serviços prestados deverão ser especificados em documento próprio, contendo o prazo médio de manutenção em horas a partir do registro do chamado para manutenção pela CONTRATANTE.

14.1.13 A contratada deverá prestar serviços de manutenção 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, com taxa de disponibilidade de 97% ao ano.

14.1.14 As solicitações de serviços enviadas a Contratada serão feitas, exclusivamente, pela Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

14.1.15 A Contratada deverá dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço executado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

14.1.16 A Contratada deverá realizar separação de faturas por número do terminal.

14.1.17 A Contratada deverá fornecer a CONTRATANTE suporte técnico gratuito, em horário comercial, para viabilizar o recebimento, interpretação e tratamento dos dados da fatura em formato eletrônico.

14.2. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14.2.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços entregues será realizada pela FUNALFA ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

14.2.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

14.2.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

15 - DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado mensalmente mediante a nota fiscal/fatura de serviço, que deverá ser apresentada – em meio físico – com 25 dias corridos de antecedência ao vencimento, no endereço sede da FUNALFA, a Av. Barão do Rio Branco, 2234 - Centro, para providências quanto a liquidação e pagamento.



15.2 A Fatura somente será liberada para pagamento quando estiver em conformidade com os preços contratados e com o consumo. Não atendendo estes requisitos deverá ser contestada, via *web*, no prazo máximo de 10 dias corridos a partir do recebimento.

15.3 A(s) fatura(s) que apresentarem incorreções serão contestadas, junto a Contratada, via *web* que deverá emitir um novo documento fiscal no valor das parcelas incontroversas e seu vencimento ocorrerá 25 dias corridos após a data do novo faturamento, devendo ser entregue, ao gestor do Contrato, em meio digital que possibilite a impressão ou devidamente impressa, até 20 dias corridos anteriores a data do vencimento.

15.4 Tão logo decidido se devida a contestação, e se houver algum valor a ser quitado, ele deverá ser cobrado na próxima fatura.

15.5 A Contratada deverá, através de relatório de perfil de tráfego, informar, mensalmente, de forma clara e detalhada, os serviços utilizados no período de 30 dias, discriminando-os em chamadas locais para terminais fixos e terminais móveis, chamadas de longa distância nacional e internacional, chamadas “a cobrar” e outros serviços, para terminais fixos e terminais móveis, por meio de fatura impressa e em formato eletrônico, utilizando padrões conhecidos e abertos de formatação e transmissão de dados ou estabelecendo-se em comum acordo os detalhes do conteúdo e da transmissão das faturas em formato eletrônico.

15.6. O ISSQN será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

15.6.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

16- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes dos proponentes.

16.4 - Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário previsto.

16.5 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a CPL/PJF através do e-mail: pregaopresencial@pjf.mg.gov.br ou pelo fax (32)3690-8184, nos dias úteis no horário das 15 às 17 horas.

16.6 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.



16.7 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

16.8 - Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela CPL/PJF obedecida a legislação vigente.

16.9 - Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.

16.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.11- Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo II – Modelo de Credenciamento.

Anexo III – Modelo da Proposta Comercial.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo V - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo VI - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

Anexo VIII – Minuta de Contrato.

Comissão Permanente de Licitação



PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E VALOR ESTIMADO

1. OBJETO

1.1. Prestação de serviços de linhas telefônicas, incluindo a locação de aparelhos telefônicos fixos de acordo com as normas e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL de serviço de telefonia fixo e móvel,

2 - DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

2.1. TELEFONIA FIXA E MÓVEL

2.1.1 - As presentes especificações visam a contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de:

I – TELEFONIA FIXA E MÓVEL

2.1.1.1 Serviços de linhas telefônicas, incluindo a locação de aparelhos telefônicos fixos de acordo com as normas e regulamentos expedidos pela agência nacional de telecomunicações – ANATEL de serviço de telefonia fixo) e serviço móvel pessoal (SMP).

2.1.2 OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS a saber:

2.1.2.1. Telefonia Fixa local na modalidade Linhas Telefônicas;

Parágrafo único. A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) à FUNALFA, objeto deste Edital, obedecerá integralmente às disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, e demais dispositivos, condições e exigências estabelecidas no Edital.

2.1.3. LINHAS TELEFÔNICAS conforme quantidades e características apresentadas neste Edital.

2.1.3.1 O serviço de **LINHAS TELEFÔNICAS** é o serviço de comunicação de voz, individual, que realiza a ligação de um aparelho telefônico com a central de comutação pública, possibilitando a comunicação entre usuários da Rede Pública Comutada. As **LINHAS TELEFÔNICAS** que serão contratadas pela **FUNALFA**, deverão, obrigatoriamente, formar um grupo corporativo com discagem a quatro dígitos e sem custo adicional para a **FUNALFA**, incluindo a locação dos aparelhos telefônicos.

2.1.3.2 Não optando a CONTRATANTE pela portabilidade numérica o plano de numeração a ser adotado será fornecido pela concessionária prestadora do serviço e não poderá existir MCDU (milhar, centena, dezena e unidade) coincidentes, não podendo ser iniciado com o algarismo “0” (zero).

2.1.3.3 O serviço deverá incluir, obrigatoriamente, o recurso DDR (discagem direta a ramal) para as **LINHAS TELEFÔNICAS**, de modo a possibilitar a obtenção de uma conexão direta naquele endereço.



2.2 A Contratada deverá fornecer, em forma de locação, aparelhos novos para todas as linhas telefônicas fixas e se responsabilizará pela sua manutenção e reparo.

2.3 A contratada deverá realizar, sempre que solicitado:

2.3.1 Serviços de restrição e bloqueios de chamadas para as linhas telefônicas, a saber:

- bloquear acesso a chamada local;
- bloquear acesso ao tráfego DDD;
- bloquear acesso ao tráfego DDI;
- bloquear acesso ao tráfego de celular;
- bloquear acesso ao tráfego de chamadas a cobrar;
- bloquear acesso aos serviços de telegrama fonado;
- bloquear acesso ao tráfego de auxílio a lista, 0300, 0900.

2.3.2. Serviços de utilização de senha pessoal para usuários das linhas telefônicas.

2.3.3 Serviços de conferência, busca e captura de chamadas, consultas, transferências, chamada em espera, identificação de número chamado, redirecionamento automático de chamadas, redirecionamento automático de chamadas em terminal ocupado, redirecionamento automático de chamadas em terminal livre, grupos de busca.

2.3.4 A matriz de tráfego para as ligações locais originadas das linhas telefônicas está identificado a seguir:

- LINHAS TELEFÔNICAS - TRÁFEGO MENSAL	
TIPO DO SERVIÇO	MINUTOS, TARIFAS E PREÇOS ESTIMADOS/Mês
	QTDE.
LOCAL FIXO-FIXO	7.000 min
FIXO-MÓVEL (VC1)	1.500 min
TELEFONIA MÓVEL	224 MIN
ALUGUEL APARELHO	50 un
ASSINATURA DE TERMINAL	50 un
INSTALAÇÃO RAMAL	8 un
MUDANÇA DE RAMAL	4 un
TOTAL	

2.4 – CONHECIMENTO DO LOCAL

2.4.1 - Declaração de Conhecimento do Local onde serão executados os serviços previstos neste Edital, informando a respeito de conhecimento das condições do local por meio de **visitas técnicas que deverão ser previamente agendadas com o responsável do local, no Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALA, através do telefone 3690-7038**

3 – DA EXECUÇÃO

3.1.A CONTRATANTE poderá optar pela facilidade denominada **PORTABILIDADE NUMÉRICA, ou seja**, a facilidade que possibilita ao cliente de serviços de telefonia fixa manter o número do telefone (código de acesso) a ele designado, independentemente da operadora do serviço a que esteja vinculado.



3.2 O prazo para a instalação de novas linhas telefônicas e o prazo de transferência de endereço deverá ser de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da solicitação. Caso não conclua o serviço no prazo previsto, a partir do 1º (primeiro) dia útil de sua não execução, após a instalação dos terminais, será efetuado desconto de assinatura proporcional aos dias de atraso.

3.3 - Será de responsabilidade da FUNALFA executar a construção ou adequação da rede interna, dutos, tubulações, caixas internas, tomadas, cabos e fios, fornecimento de áreas e preparação das mesmas, para a instalação dos equipamentos constantes da solução de telecomunicações ora licitada, caso seja necessário.

3.5 - A gestão do contrato será realizada pelo Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

3.6 - As solicitações de serviços enviadas à Contratada serão feitas, exclusivamente, pelo Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

3.7 - A Contratada DEVERÁ disponibilizar meio virtual (*web*) para toda e qualquer solicitação de reparo (nos terminais/linhas), com abertura de protocolo, e dar ciência imediata e POR ESCRITO (via *web*) ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço requisitado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

3.8 - A Contratada deverá fornecer à CONTRATANTE suporte técnico gratuito, em horário comercial, para viabilizar o recebimento, interpretação e tratamento dos dados da fatura em formato eletrônico.

3.9 - A Contratada deverá, através de relatório de perfil de tráfego, informar, mensalmente, de forma clara e detalhada, os serviços utilizados no período de 30 dias, discriminando-os em chamadas locais para terminais fixos e terminais móveis, chamadas de longa distância nacional e internacional, chamadas “a cobrar” e outros serviços, para terminais fixos e terminais móveis, por meio de fatura impressa e em formato eletrônico, utilizando padrões conhecidos e abertos de formatação e transmissão de dados ou estabelecendo-se em comum acordo os detalhes do conteúdo e da transmissão das faturas em formato eletrônico.

3.10 - A contratante poderá ceder os serviços discriminados neste edital para entidades públicas através de convênios específicos.

3.11 Os serviços de manutenção a serem prestados deverão abranger os seguintes sistemas:

3.11.1 Sistemas de comutação: manutenção integral;

3.11.2 Ramais DDR, Linhas Telefônicas e manutenção integral.

3.11.3 O prazo máximo para ativação do sistema deverá ser de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, caso ocorra algum impedimento por parte da CONTRATANTE, o prazo será prorrogado pelo mesmo período.

3.12 Deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de qualidade dos serviços:

3.12.1 O encaminhamento das chamadas deverá ser feito conforme as padronizações técnicas pertinentes, obedecendo à regulamentação para o setor de telecomunicações.

3.12.2 As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, nos termos da regulamentação para o setor de telecomunicações.



3.12.3 Atendimento a todos os endereços solicitados neste edital, correspondente, conforme especificado.

3.12.4 As solicitações de ampliação e de cancelamento solicitadas pela FUNALFA , deverão ser atendidas respeitando os limites conforme previsto na lei 8666/93.

3.12.5 Os prazos para atendimento as solicitações para manutenção e reparo dos serviços prestados deverão ser especificados em documento próprio, contendo o prazo médio de manutenção em horas a partir do registro do chamado para manutenção pela CONTRATANTE.

3.13 A contratada deverá prestar serviços de manutenção 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, com taxa de disponibilidade de 97% ao ano.

3.14 As solicitações de serviços enviadas a Contratada serão feitas, exclusivamente, pela Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

3.15 A Contratada deverá dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço executado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

3.16 A Contratada deverá realizar separação de faturas por número do terminal.

3.17 A Contratada deverá fornecer a CONTRATANTE suporte técnico gratuito, em horário comercial, para viabilizar o recebimento, interpretação e tratamento dos dados da fatura em formato eletrônico.

4 - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – Da Unidade Requisitante:

4.1.1 - Requisitar, por meio do Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA a, responsável pela fiscalização do presente Contrato, a prestação do serviço objeto deste Edital, conforme as necessidades da FUNALFA, de forma imediata, a partir da apresentação da respectiva requisição com autorização da Unidade Gestora, que atestará a prestação do serviço;

4.1.2 - Comunicar à licitante vencedora, qualquer irregularidade na prestação do serviço e interromper imediatamente a prestação, se for o caso;

4.1.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela licitante vencedora;

4.1.4 - Impedir que terceiros forneçam o serviço objeto deste Contrato. Proporcionar todas as facilidades para que o licitante vencedor possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato a ser firmado entre as partes;

4.1.5 - Permitir o acesso dos empregados da empresa vencedora às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto deste Edital, quando necessário;

4.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo licitante vencedor referentes ao objeto deste Termo de Referência;

4.1.7 - Controlar as ligações e as ocorrências havidas;

4.1.8 - Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, através da indicação de um servidor da FUNALFA, conforme art. 67 da Lei 8.666/93;

4.1.9 - São atribuições do Fiscal do Contrato, nomeado pela FUNALFA:



- a) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços;
- b) manter contato com o preposto da empresa contratada, visando assegurar a prestação eficiente dos serviços contratados;
- c) assegurar-se de que os preços contratados estão de acordo com os praticados no mercado pela empresa contratada, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para a Administração;
- d) solicitar à empresa contratada, sempre que necessário, a comprovação do valor dos preços praticados na data da emissão das faturas;
- e) emitir atos opinativos sobre os atos relativos à execução do contrato, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, às exigências das condições estabelecidas no Edital convocatório, no contrato e na sua proposta de preços; quanto à aplicação de sanções e demais atos necessários.

4.1.10 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho destes;

4.1.11 - Comunicar ao licitante vencedor todas e quaisquer irregularidades constatadas quando da prestação dos serviços e durante o prazo de vigência do contrato;

4.1.12 - Efetuar o pagamento das faturas devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, nas condições e preços pactuados;

4.1.13 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo licitante vencedor;

4.1.14 - Solicitar através de preposto, o fornecimento de novas linhas, transferência, desligamento, bloqueio e troca de numeração sempre que for necessário e da conveniência do CONTRATANTE.

4.1.15 - Atestar nas notas fiscais / faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

4.1.16 - Aplicar à empresa vencedora penalidade, quando for o caso.

4.1.17 - Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

4.1.18 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da fatura no setor competente;

4.1.19 – Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

4.1.20 - Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória;

4.1.21 - A autoridade gestora da despesa credenciará junto à CONTRATADA os servidores autorizados a emitir requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela CONTRATANTE.

4.1.22 - Será de responsabilidade da FUNALFA executar a construção ou adequação da rede interna, dutos, tubulações, caixas internas, tomadas, cabos e fios, fornecimento de áreas e preparação das mesmas,



para a instalação dos equipamentos constantes da solução de telecomunicações ora licitada, caso seja necessário.

4.1.23 - A contratante poderá ceder os serviços discriminados neste edital para entidades públicas através de convênios específicos.

4.2 - Da Sociedade Empresária Vencedora:

4.2.1 - Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações;

4.2.2 - Realizar o objeto desta licitação de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando ao seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, observando sempre os critérios a serem prestados;

4.2.3 - Dar acesso, ao preposto pelo Órgão contratante, à página eletrônica do licitante vencedor para fins de verificação de preços de mercado, consulta de faturas e demais facilidades que lhes forem solicitadas;

4.2.3 - Atender de imediato as solicitações, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo providenciar a boa regularização no prazo máximo de 6 (seis) horas da solicitação e, disponibilizar meio virtual (*web*) para toda e qualquer solicitação de reparo (nos terminais/linhas), com abertura de protocolo, e dar ciência imediata e POR ESCRITO (via *web*) ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço requisitado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

4.2.4 - As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados, sem ruídos ou interferências e com baixa incidência de queda das ligações;

4.2.3 - A operadora deverá enviar mensalmente relatório de interrupções no sistema telefônico;

4.2.4 - Prestar o serviço ininterruptamente, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardado os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Prefeitura;

4.2.5 - Nos casos previsíveis, a interrupção deve ser comunicada aos assinantes afetados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a manutenção deverá ocorrer fora do horário normal do expediente;

4.2.5 - Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou mensagens de fax, realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitadas as hipóteses e constitucionais de quebra e sigilo de telecomunicações;

4.2.6 - Disponibilizar à FUNALFA um atendimento diferenciado através de consultoria especializada e/ou Central de Atendimento, 07 (sete) dias por semana, durante 24(vinte e quatro) horas por dia;

4.2.7 - Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento, conforme previsto no Instrumento Contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a FUNALFA, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

4.2.7 - Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, prestando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem a execução dos mesmos;



4.2.8 – Ter, **OBRIGATORIAMENTE**, um ponto de presença em Juiz de Fora – MG, para que os contatos técnicos e comerciais sejam feitos nesta cidade e manter, para abertura de chamados, um ou mais telefones com acesso gratuito;

4.2.9 - Responder pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pela Administração do **CONTRATANTE**;

4.2.10 - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja ela qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços ainda que no recinto do **CONTRATANTE**;

4.2.11 - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados;

4.2.12 - Assegurar à **FUNALFA** o repasse dos descontos porventura disponibilizados ao mercado para clientes de perfil e porte similares aos do **CONTRATANTE**, mediante solicitação expressa deste, sempre que estes forem mais vantajosos do que o plano de serviços apresentados;

4.2.13 - Zelar pela perfeita execução dos serviços, devendo as falhas porventura ocorridas serem sanadas nos prazos estabelecidos por regulamentação da ANATEL;

4.2.14 - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;

4.2.15 - Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz;

4.2.16 - Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo em funcionamento contínuo os acessos telefônicos contratados. O bloqueio dos serviços contratados somente poderá ser executado por solicitação da área técnica responsável, da **FUNALFA**, sem qualquer ônus extra para o **CONTRATANTE**;

4.2.17 - Fornecer, mensalmente, à **FUNALFA**, Nota Fiscal / Fatura contendo o valor total referente ao período de apuração, o detalhamento individual de cada linha, com todas as despesas para atesto do fiscal do **CONTRATO**, incluindo os descontos previstos no instrumento contratual de forma clara e entendível;

4.2.18 - Fornecer, quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha ou tronco telefônico, conforme determinado pela **FUNALFA**;

4.2.19 - Atender prontamente quaisquer exigências do representante da **FUNALFA** inerente ao objeto deste Termo de Referência;

4.2.20 - Prestar esclarecimentos à **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independente de solicitação;

4.2.21 - Manter, durante a execução do **CONTRATO**, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação assumidas neste Termo de Referência;

4.2.22 - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto do Edital, sem prévia autorização da **FUNALFA**;



4.2.22 - Assumir as responsabilidades por clonagens, que porventura venham a ser identificadas nas linhas homologadas, sem nenhum prejuízo à **FUNALFA**;

4.2.23 - Não caucionar ou utilizar o **CONTRATO** para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual, sem a prévia e expressa anuência da **FUNALFA**;

4.2.24 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, o **CONTRATO**, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviço a que está obrigada, salvo nos casos previstos em Lei.

4.2.25 - Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Edital, tais como salários, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, benefícios, tributos e quaisquer outros que forem devidos, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**;

4.2.26- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da **FUNALFA**, ficando a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

4.2.27 - Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados com os serviços prestados, originariamente ou vinculado por prevenção, conexão ou contingência;

4.2.28- A inadimplência do licitante vencedor, com referência aos encargos estabelecidos nos itens anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **FUNALFA**, nem poderá onerar o objeto do presente certame, razão pela qual o licitante vencedor renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o **CONTRATANTE**;

4.2.29 - Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;

4.2.30 - Providenciar a prestação dos serviços contratados nos prazos previstos no Edital, devendo o faturamento incidir a partir da data de ativação dos serviços;

4.2.31 - Manter, durante todo o período de vigência do **CONTRATO** a ser firmado, um preposto aceito pelo **CONTRATANTE** para representação do licitante vencedor sempre que for necessário;

4.2.32 - Acatar as orientações da **FUNALFA**, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

4.2.33- É expressamente proibida a contratação de serviços pertencentes ao quadro de pessoal da **CONTRATANTE** durante a execução dos serviços;

4.2.34 - Garantir ao **CONTRATANTE** o direito de utilização da Portabilidade Numérica de Código de Acesso nas linhas atualmente contratadas pela Administração, nas condições e prazos estabelecidos no anexo à Resolução nº 460 da ANATEL, de 19 de março de 2007.

4.2.35 - Prestar os serviços objeto desta licitação nas especificações exigidas pela Unidade Requisitante, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

4.2.36 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;



4.2.37 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

4.2.38 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

5 - DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

5.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços entregues será realizada pela FUNALFA ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

5.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

5.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

6 – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será efetuado mensalmente mediante a nota fiscal/fatura de serviço, que deverá ser apresentada – em meio físico – com 25 dias corridos de antecedência ao vencimento, no endereço sede da **FUNALFA**, a Av. Barão do Rio Branco, 2234 - Centro, para providências quanto a liquidação e pagamento.

6.2 A Fatura somente será liberada para pagamento quando estiver em conformidade com os preços contratados e com o consumo. Não atendendo estes requisitos deverá ser contestada, via *web*, no prazo máximo de 10 dias corridos a partir do recebimento.

6.3 A(s) fatura(s) que apresentarem incorreções serão contestadas, junto a Contratada, via *web* que deverá emitir um novo documento fiscal no valor das parcelas incontroversas e seu vencimento ocorrerá 25 dias corridos após a data do novo faturamento, devendo ser entregue, ao gestor do Contrato, em meio digital que possibilite a impressão ou devidamente impressa, até 20 dias corridos anteriores a data do vencimento.

6.4 Tão logo decidido se devida a contestação, e se houver algum valor a ser quitado, ele deverá ser cobrado na próxima fatura.

6.5 A Contratada deverá, através de relatório de perfil de tráfego, informar, mensalmente, de forma clara e detalhada, os serviços utilizados no período de 30 dias, discriminando-os em chamadas locais para terminais fixos e terminais móveis, chamadas de longa distância nacional e internacional, chamadas “a cobrar” e outros serviços, para terminais fixos e terminais móveis, por meio de fatura impressa e em formato eletrônico, utilizando padrões conhecidos e abertos de formatação e transmissão de dados ou estabelecendo-se em comum acordo os detalhes do conteúdo e da transmissão das faturas em formato eletrônico.

7 - PLANTA ESTIMADA DO SERVIÇO

ENDEREÇOS E QUANTIDADES DE LINHAS TELEFÔNICAS

1) **Telefonia Fixa:**



FUNALFA SEDE:

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT.
1	3690-7031	Av. Barão do Rio Branco, nº 2234 - Centro - Juiz de Fora/MG - CEP: 36016-310	21
2	3690-7032		
3	3690-7033		
4	3690-7034		
5	3690-7035		
6	3690-7036		
7	3690-7037		
8	3690-7038		
9	3690-7040		
10	3690-7041		
11	3690-7044		
12	3690-7046		
13	3690-7047		
14	3690-7057		
15	3690-7327		
16	3690-8245		
19	3690-8332		
20	3690-8146		
21	3690-2307		

B

iblioteca Municipal Murilo Mendes - BMMM:

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT.
1	3690-7048	Av. Getúlio Vargas, 200 - Centro - Juiz de Fora/MG -	05
2	3690-7049		



3	3690-7050	CEP: 36010-909	
4	3690-7053		
5	3690-7730		

Centro Cultural Bernardo Mascarenhas - CCBM:

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT
1	3690-7051	Av. Getúlio Vargas, nº 200 - Centro - Juiz de Fora/MG - CEP: 36010-909	02
2	3690-7052		

Biblioteca Delfina da Fonseca/Benfica:

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT
1	3222-4220	Rua Marília, nº 631 - Benfica - Juiz de Fora/MG - CEP: 36090-330	01

Centro Cultural Dnár Rocha

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT
1	3690-2015	Rua Mariano Procópio, nº 983 - Mariano Procópio - Juiz de Fora/MG - CEP: 36035-780	02
2	3216-5707		

Museu Ferroviário

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT
1	3690-7055	Av. Brasil, nº 2001 - Centro - Juiz de Fora/MG - CEP: 36060-010	1



Teatro Paschoal Carlos Magno

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT
1	3690-1802	Rua Gilberto de Alencar, nº 888 - Centro - Juiz de Fora/MG - CEP: 36015-470	01

Praça Ceu - Centro de Artes e Esportes Unificados

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT
1	3218-1020	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 5899 - Nova Era - Juiz de For a/MG - CEP: 36090-000	01

Depósito Operacional

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT.
1	3690-7056	Rua Machado de Assis, nº 23 - Vila Ideal - Juiz de For a/MG - CEP: 36020-520	01

2) **Telefonia Móvel:**

Praça Ceu - Centro de Artes e Esportes Unificados

ITEM	Nº DAS LINHAS	ENDEREÇO	QUANT
1	99971-3231	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 5899 - Nova Era - Juiz de For a/MG - CEP: 36090-000	01

8 – VALOR ESTIMADO



- LINHAS TELEFÔNICAS – TRÁFEGO MENSAL				
TIPO DO SERVIÇO	MINUTOS, TARIFAS E PREÇOS ESTIMADOS.			
	QTDE.	TARIFA (R\$)	VALOR Total Mensal	Valor Total Anual
LOCAL FIXO-FIXO	7.000 min	0,08	560,00	6720,00
FIXO-MÓVEL (VC1)	1.500 min	0,68	1020,00	12240,00
ALUGUEL APARELHO	50 un	3,38	169,00	2028,00
ASSINATURA DE TERMINAL	50 un	56,24	2812,00	33744,00
INSTALAÇÃO RAMAL	8 un	29,25	234,00	2808,00
MUDANÇA DE RAMAL	4 un	29,68	118,72	1424,64
TOTAL			4.913,72	58.964,64

- TELEFONIA MÓVEL – TRÁFEGO MENSAL				
TIPO DO SERVIÇO	MINUTOS, TARIFAS E PREÇOS ESTIMADOS.			
	QTDE.	TARIFA (R\$)	VALOR Total Mensal (R\$)	Valor Total Anual (R\$)
TELEFONIA MOVEL	224 min	1,00	2.688,00	32.256,00

Estimativa total mês: R\$ 7.601,72

Valor estimado do processo pelo período de 12 meses: R\$ 91.220,64 (noventa e um mil, duzentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos)



PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA

ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG
....., residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº
....., detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe
faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à, portador da cédula de
identidade RG, e inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico
de representar a outorgante perante Prefeitura de Juiz de Fora, no **Pregão Presencial nº 073/2019**,
podendo assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da
representada, e ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar
compromissos, enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do
presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado



PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA

ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

À
Prefeitura de Juiz de Fora
A/C: Sr. Pregoeiro
Prezado Senhor,

A sociedade (s) empresária (s), com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe o fornecimento/serviços do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Item nº	Objeto/ Descrição	Quant.	Valor Unit.	Marca

Global da proposta (R\$)

- Validade da proposta:
- Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Carimbo do CNPJ

--



PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº
e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de
habilitação estabelecidos no presente Edital do **Pregão Presencial nº 073/2019**, assim como tem pleno
conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO PRESENCIAL n° 073/2019 - FUNALFA

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ n°
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade n°
..... e do CPF n°, **DECLARA, sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o nº, por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94.

E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º, e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREGÃO PRESENCIAL nº 073/2019 - FUNALFA

ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A
_____.

....., neste ato representado por seu
....., Sr., com intervenção do (a) Secretário
(a) de, Sr., doravante denominado
MUNICÍPIO e a _____ estabelecida à rua
_____ n.º _____, CNPJ nº, pelo seu
representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº
....., doravante denominada CONTRATADA, considerando o resultado do
Pregão Presencial nº 073/2019 - FUNALFA conforme consta do processo administrativo próprio nº
01326/2019, firmam o presente contrato, obedecendo as disposições da Lei nº 10.520/02, Decreto
Municipal nº 7.596/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – É objeto deste instrumento a **Prestação de serviços de linhas telefônicas, incluindo a locação de aparelhos telefônicos fixos de acordo com as normas e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL de serviço de telefonia fixo e móvel**, conforme especificações constantes do Anexo I edital do Pregão Presencial nº 073/2019, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

1.2.1. TELEFONIA FIXA E MÓVEL

1.2.1.1 - As presentes especificações visam a contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de:

I – TELEFONIA FIXA E MÓVEL

1.2.1.1.1 Serviços de linhas telefônicas, incluindo a locação de aparelhos telefônicos fixos de acordo com as normas e regulamentos expedidos pela agência nacional de telecomunicações – ANATEL de serviço de telefonia fixo) e serviço móvel pessoal (SMP).

1.2.1.2 OS SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS a saber:

1.2.1.2.1. Telefonia Fixa local na modalidade Linhas Telefônicas;

Parágrafo único. A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos Serviços de Telefonia Fixa Comutada (STFC) à FUNALFA, objeto deste Edital, obedecerá integralmente às disposições contidas na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, na Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, subsidiariamente à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, e demais dispositivos, condições e exigências estabelecidas no Edital.

1.2.1.3. LINHAS TELEFÔNICAS conforme quantidades e características apresentadas neste Edital.

1.2.1.3.1 O serviço de **LINHAS TELEFÔNICAS** é o serviço de comunicação de voz, individual, que realiza a ligação de um aparelho telefônico com a central de comutação pública, possibilitando a comunicação entre usuários da Rede Pública Comutada. As **LINHAS TELEFÔNICAS** que serão contratadas pela **FUNALFA**, deverão, obrigatoriamente, formar um grupo corporativo com discagem a quatro dígitos e sem custo adicional para a **FUNALFA**, incluindo a locação dos aparelhos telefônicos.



1.2.1.3.2 Não optando a CONTRATANTE pela portabilidade numérica o plano de numeração a ser adotado será fornecido pela concessionária prestadora do serviço e não poderá existir MCDU (milhar, centena, dezena e unidade) coincidentes, não podendo ser iniciado com o algarismo “0” (zero).

1.2.1.3.3 O serviço deverá incluir, obrigatoriamente, o recurso DDR (discagem direta a ramal) para as **LINHAS TELEFÔNICAS**, de modo a possibilitar a obtenção de uma conexão direta naquele endereço.

1.2.2 A Contratada deverá fornecer, em forma de locação, aparelhos novos para todas as linhas telefônicas fixas e se responsabilizará pela sua manutenção e reparo.

1.2.3 A contratada deverá realizar, sempre que solicitado:

1.2.3.1 Serviços de restrição e bloqueios de chamadas para as linhas telefônicas, a saber:

- bloquear acesso a chamada local;
- bloquear acesso ao tráfego DDD;
- bloquear acesso ao tráfego DDI;
- bloquear acesso ao tráfego de celular;
- bloquear acesso ao tráfego de chamadas a cobrar;
- bloquear acesso aos serviços de telegrama fonado;
- bloquear acesso ao tráfego de auxílio a lista, 0300, 0900.

1.2.3.2. Serviços de utilização de senha pessoal para usuários das linhas telefônicas.

1.2.3.3 Serviços de conferência, busca e captura de chamadas, consultas, transferências, chamada em espera, identificação de número chamado, redirecionamento automático de chamadas, redirecionamento automático de chamadas em terminal ocupado, redirecionamento automático de chamadas em terminal livre, grupos de busca.

1.2.3.4 A matriz de tráfego para as ligações locais originadas das linhas telefônicas está identificado a seguir:

- LINHAS TELEFÔNICAS - TRÁFEGO MENSAL	
TIPO DO SERVIÇO	MINUTOS, TARIFAS E PREÇOS ESTIMADOS/Mês
	QTDE.
LOCAL FIXO-FIXO	7.000 min
FIXO-MÓVEL (VC1)	1.500 min
TELEFONIA MÓVEL	224 MIN
ALUGUEL APARELHO	50 un
ASSINATURA DE TERMINAL	50 un
INSTALAÇÃO RAMAL	8 un
MUDANÇA DE RAMAL	4 un
TOTAL	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - O presente contrato tem o valor global de R\$ _____ (_____) conforme lance vencedor registrado em Ata de Realização do Pregão, que integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, sendo os valores unitários os seguintes:



Item	Quant.	Descrição	Valor unitário	Marca
			R\$	

2.1.1 O pagamento será efetuado mensalmente mediante a nota fiscal/fatura de serviço, que deverá ser apresentada – em meio físico – com 25 dias corridos de antecedência ao vencimento, no endereço sede da **FUNALFA**, a Av. Barão do Rio Branco, 2234 - Centro, para providências quanto a liquidação e pagamento.

2.2 A Fatura somente será liberada para pagamento quando estiver em conformidade com os preços contratados e com o consumo. Não atendendo estes requisitos deverá ser contestada, via *web*, no prazo máximo de 10 dias corridos a partir do recebimento.

2.3 A(s) fatura(s) que apresentarem incorreções serão contestadas, junto a Contratada, via *web* que deverá emitir um novo documento fiscal no valor das parcelas incontroversas e seu vencimento ocorrerá 25 dias corridos após a data do novo faturamento, devendo ser entregue, ao gestor do Contrato, em meio digital que possibilite a impressão ou devidamente impressa, até 20 dias corridos anteriores a data do vencimento.

2.4 Tão logo decidido se devida a contestação, e se houver algum valor a ser quitado, ele deverá ser cobrado na próxima fatura.

2.5 A Contratada deverá, através de relatório de perfil de tráfego, informar, mensalmente, de forma clara e detalhada, os serviços utilizados no período de 30 dias, discriminando-os em chamadas locais para terminais fixos e terminais móveis, chamadas de longa distância nacional e internacional, chamadas “a cobrar” e outros serviços, para terminais fixos e terminais móveis, por meio de fatura impressa e em formato eletrônico, utilizando padrões conhecidos e abertos de formatação e transmissão de dados ou estabelecendo-se em comum acordo os detalhes do conteúdo e da transmissão das faturas em formato eletrônico.

2.6. O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, Lei nº 10.354, de 17.12.2002, e da Lei 10.630 de 30.12.03, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da contratada.

2.6.1. A retenção do Imposto de Renda na Fonte e da Contribuição Previdenciária será feita em conformidade com o disposto nas Instruções Normativas/Manuais disponibilizados no site da PJF na página do Controle Interno:

link: http://pjf.mg.gov.br/subsecretarias/controle_interno/legislacao.php.

2.7 - Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da dotação nº

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CONTRATO E DO PRAZO

3.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

3.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

3.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.



3.4. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 57, II da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta continue se mostrando a mais vantajosa para a Administração, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

3.5. Do reajuste do contrato:

3.5.1 – O contrato poderá ter o seu valor reajustado, desde que seja observado o interregno mínimo de 01(um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 09 de maio de 2005.

3.5.2 – Para o reajuste do contrato será adotado como indicador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conforme disposto no Decreto Municipal nº 8.542, de 9 de maio de 2005.

3.5.3. O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da contratada, com vistas a restabelecer a equação econômico-financeira do contrato, na forma do inc. II, da alínea “d”, do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

3.5.4. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 – Da CONTRATANTE:

4.1.1 - Requisitar, por meio do Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA a, responsável pela fiscalização do presente Contrato, a prestação do serviço objeto deste Contrato, conforme as necessidades da FUNALFA, de forma imediata, a partir da apresentação da respectiva requisição com autorização da Unidade Gestora, que atestará a prestação do serviço;

4.1.2 - Comunicar à contratada, qualquer irregularidade na prestação do serviço e interromper imediatamente a prestação, se for o caso;

4.1.3 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham ser solicitados pela contratada;

4.1.4 - Impedir que terceiros forneçam o serviço objeto deste Contrato. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato a ser firmado entre as partes;

4.1.5 - Permitir o acesso dos empregados da contratada às suas dependências para a execução dos serviços referentes ao objeto deste contrato, quando necessário;

4.1.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada referentes ao objeto deste contrato;

4.1.7 - Controlar as ligações e as ocorrências havidas;

4.1.8 - Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços, através da indicação de um servidor da FUNALFA, conforme art. 67 da Lei 8.666/93;

4.1.9 - São atribuições do Fiscal do Contrato, nomeado pela FUNALFA:

a) fiscalizar e acompanhar a execução do contrato, de acordo com as obrigações assumidas no contrato e na sua proposta de preços;



b) manter contato com o preposto da empresa contratada, visando assegurar a prestação eficiente dos serviços contratados;

c) assegurar-se de que os preços contratados estão de acordo com os praticados no mercado pela empresa contratada, de forma a garantir que continuem sendo os mais vantajosos para a Administração;

d) solicitar à empresa contratada, sempre que necessário, a comprovação do valor dos preços praticados na data da emissão das faturas;

e) emitir atos opinativos sobre os atos relativos à execução do contrato, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, às exigências das condições estabelecidas no Edital convocatório, no contrato e na sua proposta de preços; quanto à aplicação de sanções e demais atos necessários.

4.1.10 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho destes;

4.1.11 - Comunicar a contratada todas e quaisquer irregularidades constatadas quando da prestação dos serviços e durante o prazo de vigência do contrato;

4.1.12 - Efetuar o pagamento das faturas devidamente atestadas pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato, nas condições e preços pactuados;

4.1.13 - Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pelo licitante vencedor;

4.1.14 - Solicitar através de preposto, o fornecimento de novas linhas, transferência, desligamento, bloqueio e troca de numeração sempre que for necessário e da conveniência do CONTRATANTE.

4.1.15 - Atestar nas notas fiscais / faturas a efetiva execução do objeto deste instrumento.

4.1.16 - Aplicar à empresa contratada penalidade, quando for o caso.

4.1.17 - Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.

4.1.18 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da fatura no setor competente;

4.1.19 – Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

4.1.20 - Remeter advertências à CONTRATADA, por escrito, quando o contrato não estiver sendo cumprido de forma satisfatória;

4.1.21 - A autoridade gestora da despesa credenciará junto à CONTRATADA os servidores autorizados a emitir requisições de fornecimento ou ordens de serviço, fiscalizando e atestando as faturas apresentadas pela CONTRATANTE.

4.1.22 - Será de responsabilidade da FUNALFA executar a construção ou adequação da rede interna, dutos, tubulações, caixas internas, tomadas, cabos e fios, fornecimento de áreas e preparação das mesmas, para a instalação dos equipamentos constantes da solução de telecomunicações ora licitada, caso seja necessário.

4.1.23 - A contratante poderá ceder os serviços discriminados neste contrato para entidades públicas através de convênios específicos.



4.2 - Da Sociedade Empresária Contratada:

4.2.1 - Efetuar a prestação dos serviços de acordo com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações;

4.2.2 - Realizar o objeto desta licitação de acordo com a proposta apresentada e normas legais, ficando ao seu cargo todas as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à CONTRATANTE, observando sempre os critérios a serem prestados;

4.2.3 - Dar acesso, ao preposto pelo Órgão contratante, à página eletrônica da contratada para fins de verificação de preços de mercado, consulta de faturas e demais facilidades que lhes forem solicitadas;

4.2.3 - Atender de imediato as solicitações, no caso de qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados, devendo providenciar a boa regularização no prazo máximo de 6 (seis) horas da solicitação e, disponibilizar meio virtual (*web*) para toda e qualquer solicitação de reparo (nos terminais/linhas), com abertura de protocolo, e dar ciência imediata e POR ESCRITO (via *web*) ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço requisitado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

4.2.4 - As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados, sem ruídos ou interferências e com baixa incidência de queda das ligações;

4.2.3 - A operadora deverá enviar mensalmente relatório de interrupções no sistema telefônico;

4.2.4 - Prestar o serviço ininterruptamente, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardado os casos de interrupções programadas e devidamente autorizadas pela Prefeitura;

4.2.5 - Nos casos previsíveis, a interrupção deve ser comunicada aos assinantes afetados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a manutenção deverá ocorrer fora do horário normal do expediente;

4.2.5 - Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações, comunicações de dados ou mensagens de fax, realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitadas as hipóteses e constitucionais de quebra e sigilo de telecomunicações;

4.2.6 - Disponibilizar à FUNALFA um atendimento diferenciado através de consultoria especializada e/ou Central de Atendimento, 07 (sete) dias por semana, durante 24(vinte e quatro) horas por dia;

4.2.7 - Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento, conforme previsto no Instrumento Contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a FUNALFA, sendo de exclusiva responsabilidade da empresa vencedora, as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

4.2.7 - Implantar, de forma adequada, a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, prestando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem a execução dos mesmos;

4.2.8 – Ter, OBRIGATORIAMENTE, um ponto de presença em Juiz de Fora – MG, para que os contatos técnicos e comerciais sejam feitos nesta cidade e manter, para abertura de chamados, um ou mais telefones com acesso gratuito;

4.2.9 - Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o acompanhamento pela Administração do CONTRATANTE;



- 4.2.10** - Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, seja ela qual for, desde que praticada por seus técnicos durante a execução dos serviços ainda que no recinto do CONTRATANTE;
- 4.2.11** - Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL, inclusive quanto aos preços praticados;
- 4.2.12** - Assegurar à **FUNALFA** o repasse dos descontos porventura disponibilizados ao mercado para clientes de perfil e porte similares aos do CONTRATANTE, mediante solicitação expressa deste, sempre que estes forem mais vantajosos do que o plano de serviços apresentados;
- 4.2.13** - Zelar pela perfeita execução dos serviços, devendo as falhas porventura ocorridas serem sanadas nos prazos estabelecidos por regulamentação da ANATEL;
- 4.2.14** - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica;
- 4.2.15** - Implantar a supervisão permanente dos serviços, de modo adequado e de forma a obter uma operação correta e eficaz;
- 4.2.16** - Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo em funcionamento contínuo os acessos telefônicos contratados. O bloqueio dos serviços contratados somente poderá ser executado por solicitação da área técnica responsável, da **FUNALFA**, sem qualquer ônus extra para o CONTRATANTE;
- 4.2.17** - Fornecer, mensalmente, à **FUNALFA**, Nota Fiscal / Fatura contendo o valor total referente ao período de apuração, o detalhamento individual de cada linha, com todas as despesas para atesto do fiscal do CONTRATO, incluindo os descontos previstos no instrumento contratual de forma clara e entendível;
- 4.2.18** - Fornecer, quando solicitado, o demonstrativo de utilização dos serviços, por linha ou tronco telefônico, conforme determinado pela **FUNALFA**;
- 4.2.19** - Atender prontamente quaisquer exigências do representante da **FUNALFA** inerente ao objeto deste contrato;
- 4.2.20** - Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam independente de solicitação;
- 4.2.21** - Manter, durante a execução do CONTRATO, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e qualificação assumidas neste contrato;
- 4.2.22** - Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços objeto do contrato, sem prévia autorização da **FUNALFA**;
- 4.2.22** - Assumir as responsabilidades por clonagens, que porventura venham a ser identificadas nas linhas homologadas, sem nenhum prejuízo à **FUNALFA**;
- 4.2.23** - Não caucionar ou utilizar o CONTRATO para qualquer operação financeira, sob pena de rescisão contratual, sem a prévia e expressa anuência da **FUNALFA**;
- 4.2.24** - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, o CONTRATO, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviço a que está obrigada, salvo nos casos previstos em Lei.



4.2.25 - Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste Edital, tais como salários, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, benefícios, tributos e quaisquer outros que forem devidos, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

4.2.26- Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da FUNALFA, ficando a Administração isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

4.2.27 - Responsabilizar-se por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados com os serviços prestados, originariamente ou vinculado por prevenção, conexão ou contingência;

4.2.28- A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos nos itens anteriores, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à FUNALFA, nem poderá onerar o objeto do presente certame, razão pela qual o licitante vencedor renuncia, expressamente, a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE;

4.2.29 - Responder por quaisquer interferências de estranhos nos acessos em serviço, bem como zelar pela integridade da comunicação;

4.2.30 - Providenciar a prestação dos serviços contratados nos prazos previstos no contrato devendo o faturamento incidir a partir da data de ativação dos serviços;

4.2.31 - Manter, durante todo o período de vigência do CONTRATO a ser firmado, um preposto aceito pelo CONTRATANTE para representação da contratada sempre que for necessário;

4.2.32 - Acatar as orientações da FUNALFA, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

4.2.33- É expressamente proibida a contratação de serviços pertencentes ao quadro de pessoal da CONTRATANTE durante a execução dos serviços;

4.2.34 - Garantir ao CONTRATANTE o direito de utilização da Portabilidade Numérica de Código de Acesso nas linhas atualmente contratadas pela Administração, nas condições e prazos estabelecidos no anexo à Resolução nº 460 da ANATEL, de 19 de março de 2007.

4.2.35 - Prestar os serviços objeto desta licitação nas especificações exigidas pela Unidade Requisitante, no preço, prazo e forma estipulada na proposta;

4.2.36 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;

4.2.37 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

4.2.38 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO/ ACOMPANHAMENTO

5.1 – DA EXECUÇÃO



5.1.1 A CONTRATANTE poderá optar pela facilidade denominada **PORTABILIDADE NUMÉRICA, ou seja**, a facilidade que possibilita ao cliente de serviços de telefonia fixa manter o número do telefone (código de acesso) a ele designado, independentemente da operadora do serviço a que esteja vinculado.

5.1.2 O prazo para a instalação de novas linhas telefônicas e o prazo de transferência de endereço deverá ser de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da solicitação. Caso não conclua o serviço no prazo previsto, a partir do 1º (primeiro) dia útil de sua não execução, após a instalação dos terminais, será efetuado desconto de assinatura proporcional aos dias de atraso.

5.1.3 - Será de responsabilidade da **FUNALFA** executar a construção ou adequação da rede interna, dutos, tubulações, caixas internas, tomadas, cabos e fios, fornecimento de áreas e preparação das mesmas, para a instalação dos equipamentos constantes da solução de telecomunicações ora licitada, caso seja necessário.

5.1.5 - A gestão do contrato será realizada pelo Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

5.1.6 - As solicitações de serviços enviadas à Contratada serão feitas, exclusivamente, pelo Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

5.1.7 - A Contratada **DEVERÁ** disponibilizar meio virtual (*web*) para toda e qualquer solicitação de reparo (nos terminais/linhas), com abertura de protocolo, e dar ciência imediata e **POR ESCRITO** (via *web*) ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço requisitado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

5.1.8 - A Contratada deverá fornecer à CONTRATANTE suporte técnico gratuito, em horário comercial, para viabilizar o recebimento, interpretação e tratamento dos dados da fatura em formato eletrônico.

5.1.9 - A Contratada deverá, através de relatório de perfil de tráfego, informar, mensalmente, de forma clara e detalhada, os serviços utilizados no período de 30 dias, discriminando-os em chamadas locais para terminais fixos e terminais móveis, chamadas de longa distância nacional e internacional, chamadas “a cobrar” e outros serviços, para terminais fixos e terminais móveis, por meio de fatura impressa e em formato eletrônico, utilizando padrões conhecidos e abertos de formatação e transmissão de dados ou estabelecendo-se em comum acordo os detalhes do conteúdo e da transmissão das faturas em formato eletrônico.

5.1.10 - A contratante poderá ceder os serviços discriminados neste edital para entidades públicas através de convênios específicos.

5.1.11 Os serviços de manutenção a serem prestados deverão abranger os seguintes sistemas:

5.1.11.1 Sistemas de comutação: manutenção integral;

5.1.11.2 Ramais DDR, Linhas Telefônicas e manutenção integral.

5.1.11.3 O prazo máximo para ativação do sistema deverá ser de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, caso ocorra algum impedimento por parte da CONTRATANTE, o prazo será prorrogado pelo mesmo período.

5.1.12 Deverão ser atendidos os seguintes critérios mínimos de qualidade dos serviços:

5.1.12.1 O encaminhamento das chamadas deverá ser feito conforme as padronizações técnicas pertinentes, obedecendo à regulamentação para o setor de telecomunicações.



5.1.12.2 As chamadas deverão ser realizadas com boa qualidade de transmissão, em níveis adequados e sem ruídos ou interferências, com baixa incidência de queda de ligações, nos termos da regulamentação para o setor de telecomunicações.

5.1.12.3 Atendimento a todos os endereços solicitados neste edital, correspondente, conforme especificado.

5.1.12.4 As solicitações de ampliação e de cancelamento solicitadas pela FUNALFA, deverão ser atendidas respeitando os limites conforme previsto na lei 8666/93.

5.1.12.5 Os prazos para atendimento as solicitações para manutenção e reparo dos serviços prestados deverão ser especificados em documento próprio, contendo o prazo médio de manutenção em horas a partir do registro do chamado para manutenção pela CONTRATANTE.

5.1.13 A contratada deverá prestar serviços de manutenção 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, com taxa de disponibilidade de 97% ao ano.

5.1.14 As solicitações de serviços enviadas a Contratada serão feitas, exclusivamente, pela Departamento Administrativo e Financeiro da FUNALFA.

5.1.15 A Contratada deverá dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE sobre a execução de serviço executado ou sobre qualquer anormalidade que verificar na sua execução.

5.1.16 A Contratada deverá realizar separação de faturas por número do terminal.

5.1.17 A Contratada deverá fornecer a CONTRATANTE suporte técnico gratuito, em horário comercial, para viabilizar o recebimento, interpretação e tratamento dos dados da fatura em formato eletrônico.

5.2. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

5.1. Observado o disposto no artigo 67 da lei federal 8.666/93, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência dos serviços entregues será realizada pela FUNALFA ou no caso de substituição, pelo que for indicado pelo gestor da Unidade Requisitante.

5.2. A Unidade Requisitante atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação dos serviços nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

5.2.1. O recebimento definitivo do objeto deste Contrato, somente se efetivará com a atestação referida no item anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

6.1- Os casos de inexecução do objeto deste Contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;



e) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.2.1. Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

6.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 6.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “e” do item 6.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no Art. 78 da Lei 8.666/93.

6.7. O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperação judicial e extrajudiciais da Contratada;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso ao Município;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências

6.8 – A autoridade gestora da despesa poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da lei 8.666/93 e suas alterações.

6.9 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da Unidade Requisitante, na pessoa da autoridade competente, gestora da despesa, nos termos do § 3º, do art. 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO

7.1 - A CONTRATADA somente poderá ceder, parcialmente, o objeto do contrato, mediante prévia e expressa autorização da autoridade gestora da despesa e desde que o cessionário preencha os requisitos de habilitação jurídica, financeira, técnica e fiscal consignados no ato convocatório do certame.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO



8.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Juiz de Fora, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em duas vias de igual teor;

Prefeitura de Juiz de Fora, ___ de _____ de 2019.

Prefeito

Secretário

EMPRESA

Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____